

Reeleição de Ulysses é questão semântica

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A alegação de inconstitucionalidade na nova eleição do deputado Ulysses Guimarães para presidente da Câmara não encontra apoio do órgão competente da Casa — a Comissão de Constituição e Justiça. Os líderes peemedebistas, a começar por Pimenta da Veiga e Prisco Viana, não falam em reeleição, mas em outra eleição, por se tratar de nova legislatura.

Segundo os dirigentes do PMDB, de nada adiantará juristas apontarem a inconstitucionalidade do novo mandato do parlamentar paulista na presidência da Câmara. Nem traria conseqüências a insistência do concorrente de Ulysses Guimarães, deputado Fernando Lyra, em afirmar que a candidatura do presidente do seu partido a presidente da Câmara fere a Constituição.

A inconstitucionalidade de novo mandato de Ulysses Guimarães poderia ser declarada pela Comissão de Constituição e Justiça — se alguém interessado formalizar consulta ao órgão técnico. Ou, em último caso, se houver representação ao Supremo Tribunal Federal. Caso contrário, a bancada do PMDB deverá mesmo indicar oficialmente o representante de São Paulo como candidato à presidência da Câmara, para o biênio 1987/88 — apesar dos protestos de Fernando Lyra e de alguns líderes do PDS, invocando pareceres diversos de eminentes juristas.

Uma única vez a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara foi acionada para esclarecer problema semelhante — em 12 de novembro de 1980. O interessado foi o deputado mineiro Homero Santos, então primeiro-vice-presidente, que desejava candidatar-se a presidente da Câmara para o biênio 1981/82 — mesma legislatura. A Comissão, por grande maioria, decidiu que ele não poderia disputar o cargo na Mesa Diretora na mesma legislatura.

No Senado há exemplos de integrantes da Mesa exercerem outros cargos em nova legislatura. Na Câmara, pela primeira vez, está sendo criada a polêmica pela candidatura Ulysses Guimarães. Como em 1980, o argumento a favor do presidente do PMDB é o mesmo: em outra legislatura "zera tudo", não prevalecendo o impedimento constitucional da reeleição, "por não se tratar de reeleição, mas de outra eleição".

Na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara o relator da consulta de Homero Santos foi o falecido deputado Ernani Sátiro — ex-líder e presidente da extinta UDN, ex-governador e ex-ministro do Superior Tribunal Militar. Disse ele em seu longo parecer (19 páginas): "Parece desnecessário dizer mais, para chegarmos à conclusão irretorquível de que nenhum dos membros da atual Mesa da Câmara dos Deputados pode ser eleito para qualquer outro de seus cargos, no próximo biênio, o que vale dizer, nesta legislatura".

Disse mais Ernani Sátiro em

seu parecer: "Se o texto constitucional pode dar margem a dúvida, por certa imprecisão, de que fala o mestre Miguel Reale, o Regimento Interno da Câmara afasta essa dúvida, como ensinam quase todas as autoridades". No mesmo dia 12 de novembro de 1980, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou parecer do relator à consulta dos deputados Homero Santos e Juarez Baptista, "sobre interpretação constitucional e regimental, na parte referente à reeleição de membro da Casa, no sentido de que nenhum dos membros da atual Mesa da Câmara dos Deputados pode ser eleito para qualquer outro de seus cargos, no próximo biênio, o que vale dizer, nesta legislatura".

Por enquanto, é o que existe na Câmara para moldurar a polêmica Ulysses contra Lyra. A decisão, porém, longe de invocar tratadistas, pareceres, comentários pela imprensa, será eminentemente político-institucional. Resguardado no parecer Sátiro — aprovado na Comissão de Constituição e Justiça por 24 votos contra cinco —, o PMDB e seu candidato não hesitarão em lançar o nome do presidente do partido à deliberação do plenário, em votação secreta, na manhã de 2 de fevereiro, horas antes de o mesmo Ulysses Guimarães ser eleito presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Deixando de lado as divergências jurídicas, até porque a comissão de Constituição e Justiça e o STF não foram provocados e dificilmente o serão, o problema terá de ser examinado do ponto de vista partidário e político-institucional. Ninguém da direção do PMDB ignora que é do interesse do presidente Sarney a recondução de Ulysses Guimarães a presidente da Câmara, "em novo mandato" e, nessa condição, continuar vice-presidente da República — até a eleição direta dos novos presidente e vice. Restaria ao PMDB resolver se Ulysses deve renunciar ou licenciar-se da presidência nacional do partido.

Sarney conversou muito com o presidente do PMDB sobre a necessidade de o político paulista ser eleito novamente presidente da Câmara e continuar seu vice-presidente. Ulysses Guimarães não respondeu de imediato. Sarney fez a mesma revelação do seu interesse a líderes e dirigentes do PMDB. Experiente, conhecedor da política e dos políticos, Ulysses Guimarães fez suas consultas entre governadores atuais e futuros, parlamentares eleitos e reeleitos. Praticamente não encontrou maiores resistências. Foi apenas aconselhado por alguns a afastar-se da presidência do PMDB.

Fernando Lyra, por sinal, no final de novembro, comunicou a Ulysses que era candidato a presidente da Câmara. Ulysses não ficou contra, nem a favor. Já sabia do interesse de Sarney à sua nova eleição e não quis contrariar o deputado pernambucano. Com sua atitude o presidente do PMDB contrariou Lyra e alguns setores do partido. Dificilmente passará disso.

F.M.